

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA

CNPJ Nº 97.837.561/0001-81

Taquari – RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA,

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Entidade encontra-se em processo de convergência às normas e pronunciamentos contábeis, assim como está em fase de elaboração de um Procedimento Interno acerca de estimações sobre o valor recuperável dos ativos, bem como sobre procedimentos de ajustes a valor presente. Além disso, a mesma encontra-se em fase de reestruturação de seus sistemas contábil e de controles internos, especialmente no que atine ao controle de estoques e imobilizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre (RS), 07 de Março de 2023.



TIAGO DE PORT XAVIER
Contador CRC/RS 91.751

AUDITORIA CONFIDOR
CRC/RS 238

Member of



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA
CNPJ Nº 97.837.561/0001-81

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Associados:

Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2022 e demais Demonstrações Contábeis pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas., para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem.

Taquari (RS), 03 de Março de 2023

A DIRETORIA

A. OMP

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
CIRCULANTE		5.113.642	5.561.376
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		<u>4.737.505</u>	<u>5.170.594</u>
<u>Direitos Realizáveis a Curto Prazo</u>		<u>376.137</u>	<u>390.782</u>
Créditos		344.656	341.688
Adiantamentos Diversos		31.481	49.094
NÃO CIRCULANTE		4.031.613	3.892.999
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>276.776</u>	<u>245.331</u>
Depósitos Judiciais		9.513	13.710
Créditos Diversos		246.665	224.306
Despesas a Apropriar		20.598	7.315
<u>Investimentos</u>		<u>32.047</u>	<u>29.673</u>
<u>Imobilizado</u>	5	<u>3.714.990</u>	<u>3.585.295</u>
Custo Histórico		6.322.593	5.893.981
(-) Depreciações Acumuladas		(2.607.603)	(2.308.686)
<u>Intangível</u>	6	<u>7.800</u>	<u>32.700</u>
Custo Histórico		9.000	69.000
(-) Amortizações Acumuladas		(1.200)	(36.300)
TOTAL DO ATIVO		9.145.255	9.454.375

“As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis”

PASSIVO	Notas Explicativas	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
CIRCULANTE		2.131.350	3.019.520
Fornecedores e Credores		180.942	264.217
Obrigações Trabalhistas		155.803	173.824
Encargos Sociais		77.721	73.616
Provisões Trabalhistas		438.779	364.293
Indenizações Judiciais a Pagar		0	19.000
Provisão para Riscos Judiciais	7	435.000	419.000
Empréstimos		1.465	11.338
Obrigações Fiscais		41	4.798
Receitas Diferidas		455.380	455.380
Projetos a Realizar	8	386.219	1.234.054
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	7.013.905	6.434.855
Patrimônio Social		6.434.855	5.240.556
Reservas para Contingências e Investimentos		0	300.000
Superávit do Exercício		579.050	894.299
TOTAL DO PASSIVO		9.145.255	9.454.375
“As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis”			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Notas Explicativas	01/01/2022 a 31/12/2022 R\$	01/01/2021 a 31/12/2021 R\$
INGRESSOS OPERACIONAIS	11	6.501.620	6.723.452
(-) Assistência Social	13	(5.286.870)	(5.187.560)
CRÉDITO OPERACIONAL BRUTO		1.214.750	1.535.892
(-) <u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>		<u>(3.103.897)</u>	<u>(2.191.011)</u>
Despesas Gerais e Administrativas	13	(946.510)	(768.121)
Despesas com Pessoal	13	(1.856.571)	(1.149.847)
Despesas com Depreciação		(300.816)	(273.043)
(+) <u>Outros Ingressos Operacionais</u>	14	<u>1.762.780</u>	<u>1.305.408</u>
RECEITAS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS		0	0
Receita Isenções Contribuições Sociais	20	1.024.275	931.093
(-) Despesas Isenções de Contribuições Sociais	13	(1.024.275)	(931.093)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(126.367)	650.289
(+) Receitas Financeiras		487.281	191.409
(-) Despesas Financeiras	13	(11.638)	(19.071)
RESULTADO OPERACIONAL		349.276	822.627
(±) Outras Receitas/Despesas	16	229.774	71.672
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		579.050	894.299

“As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis”

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	01/01/2022 a 31/12/2022 R\$	01/01/2021 a 31/12/2021 R\$
Atividades Operacionais		
Superávit Líquido do Exercício	579.050	894.299
<u>Ajustes:</u>		
Depreciação e Amortização	300.816	273.042
<u>(Aumento)/ Diminuição em Ativos Operacionais:</u>		
Créditos	(2.968)	45.458
Adiantamentos Diversos	17.613	(20.557)
Estoques	0	41.012
Depósitos Judiciais	4.197	0
Tributos a recuperar	0	148.949
Outros Créditos	(35.642)	95.122
<u>Aumento/ (Diminuição) em Passivos Operacionais:</u>		
Fornecedores e Credores	(83.275)	220.641
Obrigações Trabalhistas	(18.021)	53.170
Encargos Sociais	4.105	12.795
Obrigações Fiscais	(4.757)	2.766
Indenizações Judiciais a Pagar	(19.000)	12.000
Provisões Trabalhistas	74.486	64.242
Provisão para Riscos Judiciais	16.000	39.000
Projetos a Realizar	(847.835)	(769.803)
Disponibilidades Líquidas das Atividades Operacionais	(15.231)	1.112.136
Atividades de Investimentos		
Investimentos	(2.374)	(1.177)
Aquisição de Bens do Imobilizado/Intangível	(428.611)	(1.029.259)
Baixas de Bens do Imobilizado	23.000	113.151
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Investimentos	(407.985)	(917.285)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos	(9.873)	8.618
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Financiamentos	(9.873)	8.618
Variação Líquida nas Disponibilidades	(433.089)	203.469
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.170.594	4.967.125
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.737.505	5.170.594
"As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis"		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Social	Reservas p/ Contingências e Investimentos	Superávit / Déficit do Exercício	TOTAL R\$
Saldo em 31/12/2020	4.878.061	300.000	362.495	5.540.556
Transferência para o Patrimônio Social	362.495	0	(362.495)	0
Superávit Líquido do Exercício 2021	0	0	894.299	894.299
Saldo em 31/12/2021	5.240.556	300.000	894.299	6.434.855
Transferência para o Patrimônio Social	1.194.299	(300.000)	(894.299)	0
Superávit Líquido do Exercício 2022	0	0	579.050	579.050
Saldo em 31/12/2022	6.434.855	0	579.050	7.013.905

“As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis”

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	01/01/2022 a 31/12/2022 (R\$)	01/01/2021 a 31/12/2021 (R\$)
Superávit do Exercício	579.050	894.299
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	579.050	894.299

“As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis”

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**Nota 01 - Contexto Operacional**

A Associação Beneficente Pella Bethânia é uma ASSOCIAÇÃO CIVIL, de direito privado, de natureza beneficente, de assistência social, de relevância pública e social, sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, conforme o artigo 2º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 11541, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Decreto nº 001/2013, Registrada no Conselho Municipais do Idoso no Município onde atua, com Deferimento da Renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme Portaria nº 140/2020, item 121, de 23/10/2020. Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 3º:

I - Prestar assistência e promoção humana de cuidado a pessoa em vulnerabilidade, sem distinção de credo religioso, ideologia política, nacionalidade, raça, sexo ou condição social, de modo permanente e ininterrupto;

II - Oferecer casas lares para acolher pessoas a partir de 18 anos de idade, nas seguintes categorias:

- Com deficiência
- Pessoa Idosa

III - Proporcionar assistência social, moral, intelectual, espiritual, terapêutica educacional e de saúde, em condições de liberdade e dignidade.

A Associação Beneficente Pella Bethânia promove ações assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), nos seus aspectos materiais, adaptados às Entidades sem fins lucrativos, especialmente a NBC TE - Entidades sem Finalidade de Lucros. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP".

As presentes demonstrações contábeis estão sendo apresentadas comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31/12/2021. Para fins de melhor comparabilidade, foram efetuadas algumas reclassificações de nomenclaturas no exercício de 31/12/2021, em cotejo às demonstrações apresentadas em 31/12/2022.

Nota 03 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Entidade (BR GAAP):

- a) Base de Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.
- c) Investimentos: Os investimentos mantidos pela Entidade são ativos mensurados ao custo de contratação, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço.
- d) Ativo Imobilizado e Intangível: Os ativos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, consoante taxas mencionadas nas notas explicativas nº 05 e 06, levando em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC Nº 1.177/09 - NBC TG 27).
- e) Demais Ativos: Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos.
- f) Passivo Circulante: O passivo circulante está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidos.
- g) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos: Os bens do imobilizado e, quando aplicável, outros ativos estão em processo de análise, para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, eventos ou alterações significativas que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.
- h) Ajuste a Valor Presente: A Entidade encontra-se ainda em processo de avaliação de efeitos e formalização interna de procedimentos para identificar os possíveis efeitos que os ajustes a valor presente poderão impactar nas demonstrações financeiras.
- i) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
- j) Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio Contábil de Competência.

Nota 04 - Principais Fontes de Julgamento e Estimativas

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. A Administração da Entidade realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos Valores de Recuperação dos Ativos: A cada encerramento de exercício social, a Entidade pretende revisar os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Tal procedimento encontra-se em fase de estudo para operacionalização.

b) Provisão para Riscos: A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 7. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Nota 05 - Imobilizado

Conta	2022 (R\$)			2021 (R\$)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	83.317	-	83.317	83.317
Edificações	1.159.195	(381.853)	777.342	830.754
Benfeitorias	2.535.502	(676.290)	1.859.212	1.743.461
Móveis e Utensílios	475.454	(323.625)	151.829	160.464
Máquinas e Equipamentos	1.073.119	(607.039)	466.080	398.559
Veículos	474.307	(393.039)	81.268	52.199
Computadores e Periféricos	51.699	(48.394)	3.305	5.104
Salas Comerciais	470.000	(177.363)	292.637	311.437
Total	6.322.593	(2.607.603)	3.714.990	3.585.295

	Imobilizado R\$
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2.944.929
Adições	1.020.259
Depreciação	(266.742)
Baixas	(113.151)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	3.585.295
Adições	428.611
Depreciação	(298.916)
Baixas	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	3.714.990

Nota 06 - Intangível

Conta	2022 (R\$)			2021 (R\$)
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Software	9.000	(1.200)	7.800	32.700
Total	9.000	(1.200)	7.800	32.700
				Intangível R\$
Saldo em 31 de Dezembro de 2020				30.000
Adições				9.000
Depreciação				(6.300)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021				32.700
Adições				-
Depreciação				(1.900)
Baixas				(23.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022				7.800

Nota 07 - Contingências de Processos Judiciais

A Entidade é parte de alguns processos de natureza laboral, a cargo de consultores jurídicos externos, os quais, em pareceres específicos, estimaram passivos contingentes de "provável perda" no montante de R\$ 435.000, sendo este montante objeto de contingenciamento contábil.

Nota 08 - Projetos a Realizar

A entidade mantém contratos referentes ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS-PCD), instituído pelo Ministério da Saúde, para realização de projetos com a finalidade de prestação de serviços médico-assistenciais.

Durante o exercício de 2022, foram investidos valores no montante total de R\$ 847.835.

Nota 09 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits ocorridos ao longo dos exercícios.

Nota 10 - Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes.

A Entidade adota política de contratação de seguros em níveis adequados para os riscos envolvidos em suas operações. Considerando as características de seus riscos, a Administração contrata seguros com o conceito de perda máxima possível em um mesmo evento, mantendo coberturas para riscos operacionais.

Nota 11 - Ingressos Operacionais

Os Ingressos Operacionais originam-se de doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas (R\$ 2.745.274 em 2022) e auxílios e subvenções (R\$ 3.756.346 em 2022).

Nota 12 - Origem dos Recursos de Ingressos Operacionais

As Doações para Manutenção de Residentes Particulares (R\$ 2.745.274 em 2022), e os valores recebidos de prefeituras municipais (R\$ 2.168.912 em 2022), perfazendo o montante de R\$ 4.914.186, classificadas no grupo de Ingressos Operacionais, referem-se às contribuições recebidas dos familiares ou responsáveis pelos assistidos na categoria particular. O resultado superavitário é aplicado integralmente no atendimento aos assistidos não pagantes/gratuitos.

Nota 13 - Demonstração das Despesas entre os Assistidos

a) Segregação e evidenciação das despesas para atendimento aos pagantes:

	R\$
- Despesas de Gestão	814.589
- Despesas com o Cuidado dos Residentes	2.307.804

b) Segregação e evidenciação das despesas para atendimento de não pagantes/gratuitos:

	R\$
- Despesas de Gestão	1.900.709
- Despesas com o Cuidado dos Residentes	4.102.762

Utiliza-se o seguinte critério de rateio para aplicar na memória de cálculo:

	Pagantes	Não Pagantes ou Gratuitos
Despesas de Gestão	30%	70%
Despesas com o Cuidado dos Residentes	36%	64%

Nas Despesas de Gestão, o percentual com gastos dos assistidos não pagantes é maior, pois a Instituição precisa dispender maior envolvimento por estes não mais possuírem familiares para dar o suporte necessário para a manutenção de sua diária.

O rateio das Despesas com cuidado dos assistidos residentes é efetuado conforme o número de residentes, utilizando-se a mesma proporção.

Nota 14 - Outros Ingressos Operacionais

Originam-se dos resultados do arrendamento de áreas para exploração agrícola, receitas com promoções, cantina, ressarcimento de despesas, aluguéis e diárias da pousada. Estes recursos (R\$ 1.762.780) são integralmente empregados no atendimento aos assistidos não pagantes e gratuitos.

Adicionalmente, registram-se as receitas realizadas e investidas no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS-PCD), conforme descrito na nota explicativa nº 08.

Nota 15 - Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07)

As Subvenções e/ou Convênios Públicos firmados são recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Nota 16 - Outras Receitas e Despesas

Originam-se dos resultados das receitas extraordinárias de doações em bens patrimoniais e de consumo, bem como do ganho ou perda na alienação de bens.

Nota 17 - Imunidade Tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º, e das Contribuições Sociais pelo artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

Nota 18 - Isenção Tributária

A Entidade é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei Nº 12.101/09 e Decreto Nº 7.237/10.

Nota 19 - Requisitos para Manutenção da Isenção Tributária

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS), e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09, cumpriu os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- não remunerar diretoria, conselheiros, associados, benfeitores ou equivalentes, nem conceder-lhes vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 29º, do Estatuto Social);

- aplicar as suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

- não distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

- atender o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as), (art. 3º do Estatuto Social);

- ter previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, da destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 18º do Estatuto Social);

- constar em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei No. 8.742/93 (LOAS) e Decreto No. 6.308/07 (art. 3º do Estatuto Social).

Nota 20 - Contribuições Sociais Usufruídas (Isentas)

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, com renovação conforme Portaria nº 140/2020, item 121, de 23/10/2020 publicada no Diário Oficial da União em 27/10/2020, com validade de 01/01/2021 a 31/12/2023. Destarte, usufrui da Isenção Tributária, conforme determina o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 -"entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91". A isenção usufruída da Entidade, no Exercício de 2022, foi de R\$ 1.024.275, conforme percentuais abaixo demonstrados:

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS


20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
RAT/SAT(1%, 2% ou 3%)
TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
15% sobre serviços prestados por cooperativas
COFINS - 3%

Nota 21 - Gratuidade

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Entidade compreendem prestar assistência e promoção humana a pessoas carentes e com necessidades especiais, oferecer casa-lar para moradia, previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto No. 6.308/07, e por este motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Taquari (RS), 03 de Março de 2023


ROMÉRIO GASPAS SCHRAMMEL
CPF 318.295.620-53
Presidente


Técnico Responsável
JOSÉ MARÇAL PEREIRA
Téc. Cont. CRC/RS 45.862
CPF 409.330.160-34

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros atuais do Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHÂNIA, estabelecida em Taquari(RS), inscrita no CNPJ(MF) 97.837.561/0001-81, declaram que, tendo examinado o relatório, o balanço patrimonial e respectiva demonstração do resultado do exercício, tudo relativo ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022 da referida Entidade, encontraram ditos atos e documentos em ordem. Desta forma, o referido balanço exprime o verdadeiro estado do patrimônio. Assim recomendamos a sua aprovação.

Taquari (RS), 09 de Março de 2023.


RENATO PEREIRA MARTINS
CPF 154.514.450-87


JORGE ANDRÉ KANNENBERG
CPF 242.059.740-00


MARA MARTINS HELLFELDT
CPF 398.947.980-34